

# XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

## II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG



ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



### **“Cosmovisão Cristã” e Bolsonarismo: Apontamentos sobre o neocalvinismo no Brasil contemporâneo**

Cesar Moisés Carvalho<sup>1</sup>

No cosmo das religiões, o cristianismo, que como todas as demais, foi fundado e criado pelos homens, idealmente, em torno dos ensinamentos de Jesus Cristo de Nazaré, conta com cerca de pouco mais de dois mil anos. Como a segunda de uma tríade religiosa monoteísta de origem semita (judaísmo, cristianismo e islamismo), a religião cristã desenvolveu-se na esteira das grandes navegações e “conquistas” territoriais. Sua proposta de salvação universal acabou sendo privilegiada pela expansão imperial romana e a língua grega, elementos que serviram de catalizadores para o aspecto conversionista da religião cristã.

Desenvolvido inicialmente com uma proposta universalista, percebida até mesmo pelo filósofo francês Alain Badiou, que reconhece haver universalismo, ou seja, igualdade real, “presente neste ou naquele teorema de Arquimedes, em certas práticas políticas dos gregos, em uma tragédia de Sófocles ou na intensidade de que os poemas de Safo dão testemunho”, bem como em obras poéticas da Bíblia hebraica, ele observa que é com o apóstolo Paulo que “há uma profunda cesura, ainda ilegível, pelo acesso que temos a ela, no ensinamento de Jesus” (Badiou, 2009, p. 125). De acordo com Badiou, tal universalismo fica claro quando o apóstolo diz: “Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo” (Gálatas 3,28). Tal ideia em relação ao cristianismo nascente é compartilhada pelo também filósofo, e igualmente ateu, esloveno Slavoj Žižek:

É justamente para enfatizar a suspensão da hierarquia social que Cristo (assim como Buda, antes dele) se dirigia em particular àqueles que pertenciam às camadas mais baixas da hierarquia social, os proscritos da

---

<sup>1</sup> Pedagogo (UNESPAR/Fecilcam), especialista em Teologia (PUC-Rio), mestrando em História (PPGH-UFRRJ), pesquisador do Labep (Laboratório de Estudos dos Protestantismos) e do ICC/CICMER (Instituto de Cristianismo Contemporâneo). E-mail: cesar.moises@hotmail.com

ordem social (mendigos, prostitutas etc.) como membros privilegiados e exemplares de sua nova comunidade. Essa nova comunidade é construída explicitamente como coletivo de proscritos, o antípoda de qualquer grupo “orgânico” (Žižek, 2015, p. 123).

A despeito desta origem, a partir do quarto século, o cristianismo iniciou um processo de substituição da experiência de fé e/ou religiosa primordial pelo assentimento de um conjunto particular de doutrinas que tomaram feições cada vez mais distintas das basilares resumidas no Credo Apostólico que fora adotado definitivamente em 325 no Concílio de Niceia. Além disso, seus adeptos, que antes eram uma minoria, viram sua religião tornar-se “oficial”:

A Antiguidade tardia é o período em que o Deus dos cristãos se torna o Deus único do Império romano. Esse Deus é um Deus oriental que consegue se impor no Ocidente. Os primeiros grupos de cristãos se desenvolveram um pouco à maneira de uma seita, que faz conquistas e cujo número de membros cresce. E esses grupos foram favorecidos, nos séculos II e III, pelo interesse cada vez maior em torno das divindades e dos cultos salvadores; cultos de terapeutas, que cuidam simultaneamente das doenças do corpo e da alma, e da existência humana. [...] É então que sobrevém a decisão do imperador Constantino, depois do edito de Milão (313), e de não apenas tolerar a nova religião mas até mesmo de recorrer ao Deus dos cristãos, do qual se espera sua salvação e a do Império. Uma salvação que inicialmente é uma salvação terrestre, política, mas que, dada a natureza da religião cristã, logo se torna de natureza religiosa. Menos de um século mais tarde, em 392, Teodósio faz do cristianismo a religião do Estado (Le Goff, 2013, p. 18-19).

Uma vez estatizada, ser “cristão” tornou-se um símbolo de status para a aristocracia, o patronato e os mercadores e, simultaneamente, uma obrigatoriedade para as camadas pobres da população. Na verdade, “a conversão dos chefes, leva a conversão da população”, entendendo que “conversão” aqui deve receber muitas aspas, uma vez que, da “parte das antigas populações do Império romano, pessoas que não são ainda senhores no sentido feudal, mas patrões no sentido romano, os donos de grandes domínios densamente povoados, exerceram uma enorme influência” (Le Goff, 2013, p. 22) e, posto que tais pessoas se tornaram cristãs, não é exagero presumir que muito do adesismo à religião imperial se deu por conveniência e/ou constrangimento.

Contudo, tendo se aculturado e tomando feições que a diferenciava cada vez mais de sua proposta inicial, logo o cristianismo se tornou um instrumento que também era utilizado para legitimar a forma como foi organizada a sociedade feudal europeia. Apesar de estudos historiográficos da religião demonstrar que foi no Oriente que surgiu a primeira nação cristianizada do mundo antigo — a Armênia, conforme Françoise Thelamon (Corbin, 2009, p. 132) —, o fato de ter sido na Europa que o

cristianismo rapidamente saltou para outras partes do planeta, fez com que as formas cristãs europeias, seja em sua expressão católico-romana, seja em suas expressões histórico-protestantes, se tornassem marcantes e definidoras do estigma de o cristianismo ser uma “religião eurocêntrica”.

Pode parecer mero oxímoro falar em cristianismo como sinônimo de “religião europeia”, contudo, é preciso reconhecer que, à luz dos dados atuais, o mais correto a se falar é “cristianismos”, no plural, pois desde o primeiro Grande Cisma, no século XI, a divisão definitiva entre ocidental e oriental, além da ruptura revolucionária ocorrida na igreja ocidental, no século XVI, com a Reforma Protestante, há uma diversidade de tradições e/ou expressões da fé cristã que pode ser traduzida nas várias denominações que, do lado protestante, engrossam o movimento evangélico e expõe sua diversidade. Em meio a tantas possibilidades que se deslindam diante da população em geral, e também dos fiéis, não é difícil imaginar que cada segmento reclame para si o status de real, ou verdadeiro, representante do cristianismo apostólico, seja por sua antiguidade, no caso do catolicismo romano, seja por seu “purismo teológico-doutrinário”, como alegado pelo protestantismo, sendo interessante compreender como funciona a dinâmica desse discurso e distinguir “origens” de “começos”:

O cristianismo, olhado em seu conjunto, configura essa dinâmica de adaptação de um mesmo paradigma original. É uma origem permanente de muitos começos. A origem é a fonte permanente de sentido para o grupo, de onde retira referências fundantes para si. O começo é o início da agremiação do grupo determinado no tempo e no espaço. As origens escritas do cristianismo favorecem enormemente essa dinâmica de “começar de novo” sempre em nome da verdade e da salvação. Cada grupo vai afirmar-se como original, embora tenha um começo demarcado no tempo e no espaço e carregue em suas interpretações e práticas as marcas explícitas ou implícitas dessa demarcação (Passos, 2005, p. 17).

A essa atitude histórico-teológica, mais característica e corriqueira nos círculos protestantes, dá-se o nome de “restauracionismo”, isto é, a ideia de retornar a um estado prévio de perfeição, neste caso, a possibilidade de se restaurar um “cristianismo primitivo”, cujo modelo estaria no Novo Testamento, vivido pelos apóstolos e primeiros seguidores de Jesus Cristo de Nazaré. Conquanto muitos neguem ter qualquer ligação com essa postura que, inicial e historicamente, está mais relacionada com grupos discordantes da chamada Reforma Magisterial, como os anabatistas, por exemplo, representados pela Reforma Radical, é inegável que, essencialmente, todos os movimentos cristãos reformistas são restauracionistas. A

despeito de as diferenças de estrutura, organização e concepção cristã, entre os diversos grupos protestantes, ser em grande parte explicáveis por conta até mesmo do contexto e da localidade de onde procedia o reformador, raramente em algum deles se postulou restaurar o universalismo que marcou o cristianismo primitivo, nos termos destacados acima pelos dois filósofos ateus, antes, cada segmento protestante-cristão, “impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos” (Bourdieu, 2007, p. 34). Não obstante, como é sabido,

As crenças e práticas comumente designadas cristãs (sendo este nome a única coisa que têm em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que se cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam. Do mesmo modo, de um ponto de vista sincrônico, as representações e as condutas religiosas que invocam uma mensagem original única e permanente, devem sua difusão no espaço social ao fato de que recebem significações e funções radicalmente distintas por parte dos diferentes grupos ou classes (Bourdieu, 2007, p. 52).

Assim, dentre as diversas expressões e/ou tradições da fé cristã protestante, temos a reformada, também conhecida por calvinista, por ter origem no reformador francês João Calvino, cujo sistema teológico, entre outros, difere do luterano que o precedeu. Na verdade, o “Calvinismo reivindica incorporar a ideia cristã mais pura e acurada do que poderia fazer o Romanismo e o Luteranismo” e, sem rodeios, afirma ainda “significa[r] a evolução completa do Protestantismo, resultando em um estágio de desenvolvimento humano tanto superior quanto mais rico” (Kuyper, 2003, p. 26, 51). Tal postura confirma a tese de “campo em disputa”, de Bourdieu, e ainda que ocorrendo a partir da religião, é evidente que diz respeito à luta pelo poder no espaço social e, neste caso específico, trata-se de uma disputa pela autenticidade, pela originalidade, pela legitimidade, pela autoridade, perante a sociedade a fim de proselitismo, posto apresentar-se como o “verdadeiro cristianismo” que, para o calvinismo, não é uma religião, mas um “sistema de vida” (Kuyper, 2003, p. 19), ou uma “cosmovisão” (Colson; Pearcey, 2000, p. 33).

Nessa perspectiva, entre as várias expressões da fé cristã, isto é, das tradições cristãs que se apresentam como sendo o cristianismo, “somente do Romanismo pode ser dito que tem incorporado seu pensamento de vida num mundo de concepções e expressões inteiramente próprias dele”, ou seja, na “Igreja Católica Romana todos sabem pelo que viver, porque, com consciência clara, gozam os frutos da unidade do

sistema de vida de Roma”, todavia, a fragmentação peculiar do protestantismo, faz com que tal movimento “vaguei[e] por aí no deserto, sem objetivo ou direção, movendo-se daqui para lá, sem fazer qualquer progresso” (Kuyper, 2003, p. 26, 27). É assim que, “ao lado do Romanismo, e em oposição a ele, surge o Calvinismo não simplesmente para criar uma Igreja diferente, mas uma forma inteiramente diferente para a vida humana, para suprir a sociedade humana com um método diferente de existência”, em suma, “para povoar o mundo do coração humano com ideais e concepções diferentes” (Kuyper, 2003, p. 26). E é justamente dessa concepção que nasce a ideia de o calvinismo ser a única expressão da fé protestante capaz de se apresentar como tal “sistema de vida” da religião cristã, sendo importante entender a utilização do conceito:

Como o Dr. James Orr (em sua valiosa palestra sobre o *Conceito Cristão de Deus e do Mundo*, Edimburgo, 1897, p.3) observa, o termo técnico alemão *Weltanschauung* não tem equivalente preciso em inglês. Por isso, ele usou a tradução literal *conceito do mundo* (cosmovisão); no entanto, esta frase em inglês é limitada pelas associações, as quais relacionam predominantemente com a natureza física. Por esta razão, a frase mais explícita: *concepção de vida e do mundo* parece ser preferível (Kuyper, 2003, p. 19; grifos no original).<sup>2</sup>

A despeito de o calvinismo mostrar-se como segmento quase transcendente, ou seja, “enraizado em uma forma de religião que era peculiarmente própria”, dizendo que “desta consciência religiosa específica desenvolveu-se primeiro uma Teologia peculiar, depois uma ordem eclesiástica especial, e então uma certa forma de vida política e social, para a interpretação da ordem do mundo” que, para a referida tradição, é composta da “relação entre a natureza e a graça, entre o Cristianismo e o mundo, entre a igreja e o Estado, e finalmente, para a Arte e a Ciência”, ainda assim, “continuou sempre o mesmo Calvinismo à medida que, simultânea e espontaneamente, todos estes desenvolvimentos nasceram de seu mais profundo princípio de vida” (Kuyper, 2003, p. 25-26), é fato que, como qualquer movimento, o calvinista sofreu reformulações por parte de seus adeptos, seja por questões adaptativas da localidade em que foi implantado, seja por razões restauracionistas decorrentes da necessidade de resgate de suas origens no século XVI.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A explicação é dada em nota, posto que a obra de Kuyper consiste de seis palestras proferidas em Princeton, isto é, em inglês, enquanto o autor era holandês e a expressão preferida para exprimir o conceito de “cosmovisão” era em alemão.

<sup>3</sup> O argumento é facilmente contestável, visto que, na mesma obra, encontramos a justificativa do autor para a inquisição protestante calvinista — “enquanto os calvinistas, na época da Reforma, produziram dezenas de milhares de vítimas, enviadas ao cadafalso e às fogueiras (as dos luteranos e católicos

Uma dessas reformulações ocorreu no século XIX e é conhecida como “neocalvinismo”. Trata-se de uma “Escola e movimento nascidos no século XIX e que se consideram inscritos teologicamente na tradição da ortodoxia reformada — a das Confissões de Fé da Reforma e do século XVII, sobretudo Dordrecht —, com inovações”, daí o porquê de ser denominada como neocalvinismo que, como já visto anteriormente, leva às últimas consequências a ideia de que “a leitura calvinista da Escritura fornece uma ‘cosmovisão’ que determina uma filosofia radicalmente cristã relacionada a concepções elaboradas em matéria de ciência, artes, direito e política” (Blocher, 2016, p. 251). O resumo histórico-teológico do movimento neocalvinista oferece um vislumbre de sua concepção e propósito:

Arquivista da Casa Real dos Países Baixos, Guillaume Groen van Prinsterer (1801-1876) desempenha o papel de precursor: a influência do avivamento que partiu de Genebra chega até ele e o leva ao calvinismo, antídoto para o espírito de 1789. É quando funda o Partido Antirrevolucionário, sendo sucedido na liderança por Abraham Kuyper (1837-1920). Formidável pensador e homem de ação, Kuyper funda o neocalvinismo e, com o movimento, sua primeira fortaleza, a Universidade Livre de Amsterdã. Descreve suas características fundamentais: ênfase no senhorio divino que torna decisiva, para toda a realidade criada, a relação com Deus; exclusão imediata de toda neutralidade, inclusive nas ciências (a função da fé, apóstata ou reformada e regenerada, precede e governa todos os procedimentos teóricos e práticos); a preservação do pluralismo através da instituição criacional de esferas que são autônomas; recurso à graça comum para explicar colaborações possíveis mesmo quando há percepções opostas em relação à fé (Blocher, 2016, p. 251).

Como não poderia deixar de ser, o próprio neocalvinismo se subdividiu, pois, como sói acontecer, suas “ramificações divergiram, mas o movimento manteve sua vitalidade” (Blocher, 2016, p. 251). Isso, porém, não é o mais importante para o momento, e sim o fato de que Abraham Kuyper, como bom calvinista, defende um caráter de universalidade do calvinismo não apenas “para a *esfera* da religião”, mas para todo o “seu *círculo* de influência entre os homens” (Kuyper, 2003, p. 62; grifos no original). E o teólogo holandês assim o faz utilizando justamente o argumento referido acima por Pierre Bourdieu, ou seja, não obstante cada segmento protestante-cristão propor “um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente

---

romanos nem vale a pena contar)” —, dizendo não ser esta “uma característica especial do Calvinismo”, mas justamente o “contrário”, sendo apenas “o efeito secundário fatal de um sistema cinza como a época que o Calvinismo encontrou existindo, sobre o qual tinha amadurecido, e do qual não tinha ainda sido capaz de livrar-se inteiramente” (Kuyper, 2003, p. 107). Em outras palavras, não existe uma religião transcendente e isenta de reproduzir, mesmo se opondo, a realidade em que surge.

[está] fundada em um princípio de divisão política”, todos “apresenta[m]-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos” (Bourdieu, 2007, p. 34). Exatamente por isso, dissertando acerca do “processo civilizacional” que, não coincidentemente, segue o curso da conquista, do domínio e da aniquilação dos povos a fim de impor-se a cultura imperial, ou seja, dominante — após apresentar a China, sob o confucionismo; a Índia; o México, sob Montezuma; o Peru, sob os Incas; além “das raças na costa e no interior da África”, destacando essa última como “a forma menos desenvolvida de existência” —, prosseguindo em sua metáfora do “rio”, Kuyper diz que

Há, porém, um rio mundial, amplo e fresco, que desde o começo trouxe a promessa do futuro. Este rio tem sua origem na Ásia Média e no Levante e tem continuado firme em seu curso do Oriente para o Ocidente. Da Europa Ocidental, passou para o leste dos EUA e dali para a Califórnia. As fontes desse rio de desenvolvimento são encontradas na Babilônia e no vale do Nilo. Dali, seguiu para a Grécia. Da Grécia passou para o Império Romano. Das nações românticas continuou seu caminho para as partes noroeste da Europa e, da Holanda e Inglaterra, ele alcançou finalmente seu continente. No presente, esse rio está em um remanso. Seu curso Oriental através da China e Japão está impedido. Por enquanto, ninguém pode falar quais forças para o futuro podem ainda permanecer dormindo nas raças eslavas que têm até agora muita necessidade de progresso. Mas, enquanto esse segredo do futuro ainda está oculto em mistério, o curso do Oriente para o Ocidente desse rio mundial não pode ser negado por ninguém (Kuyper, 2003, p. 41).

Para Kuyper, tal apresentação do curso do desenvolvimento ocidental, justifica seu argumento “em dizer que o Paganismo, o Islamismo e o Romanismo são três formações sucessivas que esse desenvolvimento tinha alcançado, quando sua direção suplementar passou para as mãos do Calvinismo”, contudo, essa fase agora encontra-se obstada pelo “Modernismo, o filho da Revolução Francesa” (Kuyper, 2003, p. 42). Ele diz que tal acontecimento interrompeu o desenvolvimento orgânico dos “sistemas de vida”, ou seja, das “cosmovisões”, cujo ápice do processo evolutivo é o calvinismo:

A sucessão destas quatro fases de desenvolvimento não ocorreu mecanicamente, com divisões e partes claramente esboçadas. Este desenvolvimento da vida é orgânico e, portanto, cada novo período enraíza-se no passado. Em sua lógica mais profunda, o Calvinismo já havia sido apreendido por Agostinho; muito tempo antes de Agostinho, tinha sido proclamado à Cidade das sete colinas pelo Apóstolo em sua Epístola aos Romanos; e de Paulo remonta a Israel e seus profetas, sim às tendas dos patriarcas. O Romanismo, igualmente, não apareceu subitamente, mas é o produto de três potências combinadas: do sacerdócio de Israel, da cruz do Calvário e da organização mundial do Império Romano. O Islamismo, do mesmo modo, une-se ao Monismo de Israel, ao Profeta de Nazaré e à tradição dos Koraisitas. E até mesmo o Paganismo da Babilônia e Egito por um lado, e da Grécia e Roma por outro, permaneceram organicamente relacionados

àquele encontrado antes destas nações, precedendo a prosperidade de suas vidas (Kuyper, 2003, p. 42).

Assim, o autor conclui seu prognóstico dizendo que independentemente de “quais mistérios o futuro possa ainda ter para desvendar, o fato é que o amplo rio do desenvolvimento de nossa raça corre da Babilônia para São Francisco, através da estadia em cinco civilizações”, isto é, “Babilônica-Egípcia, Greco-Romana, Islâmica, romanista e calvinista” (Kuyper, 2003, p. 43). Do calvinismo, enquanto “sistema de vida”, é importante destacar o que tal perspectiva gerou, em relação à política, ou seja, “quais concepções políticas fundamentais ele abriu a porta e como estas concepções políticas nascem de seu princípio radical”, isto é, sua ideia, ou doutrina central, posto que tal “princípio dominante não era, soteriologicamente, a justificação pela fé, mas, no sentido cosmologicamente mais amplo, *a Soberania do Deus Trino sobre todo o Cosmos*, em todas as suas esferas e reinos, visíveis e invisíveis”, completa o mesmo autor, dizendo que se trata de “uma soberania *primordial* que se irradia na humanidade numa tríplice supremacia, a saber: 1. A Soberania no *Estado*; 2. A Soberania na *Sociedade*; e 3. A Soberania na *Igreja*” (Kuyper, 2003, p. 86; grifos no original).

Para o que interessa nos limites deste texto, isto é, o que realmente importa, não são os exemplos das três grandes revoluções em países cujas mudanças políticas, segundo o idealizador do neocalvinismo, se deram por influência calvinista — Holanda, Inglaterra e EUA —, tornando-se, de acordo com ele, “exemplos” de liberdade política e histórica, mas sim o conceito de soberania de Deus, princípio radical do calvinismo que, de acordo com Kuyper, é o filtro, ou a perspectiva, pelo qual tudo deve ser analisado e organizado. Tal é importante pelo fato de que “a confissão calvinista da soberania de Deus vale para todo o mundo”, isso significa que ela se aplica indistintamente sendo “verdade para todas as nações, e está forçosamente em toda autoridade que o homem exerce sobre o homem”, em absolutamente todas as áreas, “até mesmo na autoridade que os pais possuem sobre seus filhos”, trata-se, por isso, de “uma fé política que pode ser expressa resumidamente nestas três teses: 1. Somente Deus — e nunca qualquer criatura — possui direitos soberanos sobre o destino das nações, porque somente Deus as criou, as sustenta por seu grande poder” e, completa, “as governa por suas ordenanças”; a segunda tese defende a ideia religiosa de que o “pecado tem, no campo da política, demolido o governo direto de Deus, e por isso o

exercício da autoridade com o propósito de governo tem sido subsequentemente conferido aos homens como um remédio mecânico” e, finalmente, a terceira tese afirma que “em qualquer forma que esta autoridade possa revelar-se, o homem nunca possui poder sobre seu semelhante em qualquer modo senão por uma autoridade que desce sobre ele da majestade de Deus” (Kuyper, 2003, p. 92).

A questão é que o “princípio radical” do calvinismo — a soberania divina com sua conseqüente predestinação de absolutamente tudo —, trata-se de um grande problema, pois como discernir o que isso significa concretamente, isto é, suas implicações na esfera social, como por exemplo, “a vontade de Deus” para cada situação de injustiça, se o que está acontecendo de mal no mundo, na condução da realidade, está realmente de acordo com tal “vontade”, mesmo quando suas ordenanças estão sendo obedecidas etc. Tal breve problematização se deduz de um único exemplo tomado da obra de Kuyper que, a despeito das três teses, informa que o próprio reformador francês, observava que a “questão sobre como aquelas pessoas, que pela autoridade divina devem ser revestidas com poder, são indicadas, segundo Calvino não pode ser assegurado semelhantemente para todas as pessoas e para todos os tempos”, por isso mesmo, o reformador “não hesita em afirmar, num sentido ideal, que as condições mais desejáveis existem *onde o próprio povo escolhe seus magistrados*”, porém, “Em seu Comentário sobre Samuel, Calvino entretanto admoesta tais povos”, parecendo colocar a responsabilidade de um regime de exceção sobre as pessoas como forma de julgamento divino, não por incompetência e inaptidão política, mas por razões religiosas: “E vós, Ó povos, a quem Deus deu a liberdade de escolher seus próprios magistrados, cuidem-se de não se privarem deste favor, elegendo para a posição de mais alta honra, patifes e inimigos de Deus” (Kuyper, 2003, p. 91; grifos no original). Ideia que é reforçada na seqüência:

Posso adicionar que a escolha popular é bem sucedida, naturalmente, onde nenhum outro governo existe, ou onde o governo existente se enfraquece. Onde quer que novos Estados tenham sido instituídos, exceto pela conquista ou pela força, o primeiro governo sempre foi instituído pela escolha popular; e assim também onde a mais alta autoridade caiu em desordem, quer pelo desejo de uma fixação do direito de sucessão, quer através de revolução violenta, sempre foi o povo que, por meio de seus representantes, reivindicou o direito de restaurá-lo. Mas com igual resolução Calvino afirma que Deus tem o poder soberano no modo de administração de sua providência, para tirar de um povo esta condição mais desejável, ou jamais concedê-la, quando uma nação é inapta para ele ou, por seu pecado, foi completamente privada da benção (Kuyper, 2003, p. 91).

Evidentemente que a fim de salvaguardar a si mesmo enquanto instituição e grupo social, o neocalvinismo apregoa a “soberania das esferas” em número de quatro: “1. Na esfera social, pela superioridade pessoal. 2. Na esfera corporativa das universidades, grêmios, associações etc. 3. Na esfera doméstica da família e da vida de casado. 4. Na autonomia pública” (Kuyper, 2003, p. 103). Tais esferas, não coincidentemente, coadunam-se com os valores do neoliberalismo, ou seja, nestas “quatro esferas o governo do Estado não pode impor suas leis, mas deve reverenciar a lei inata da vida”, qual seja, “Deus governa nessas esferas suprema e soberanamente por intermédio de seus *virtuosi* eleitos, do mesmo modo como ele exerce domínio na esfera do próprio Estado por meio de seus *magistrados* escolhidos” (Kuyper, 2003, p. 103; grifos no original). Assim, a conclusão é que os “magistrados escolhidos” são os que governam de acordo com a concepção calvinista de mundo, chamado de “sistema de vida cristão” ou ainda, como atualmente é mais conhecida, “cosmovisão cristã”. Já os países que não possuem soberania, ou que a perdem, caem nessa condição por merecerem e estarem sob julgamento divino por não saberem lidar com tal “dádiva”.

É interessante compreender que, de acordo com essa perspectiva, os “governantes escolhidos”, ou “predestinados”, não precisam necessariamente ser cristãos, ou calvinistas, uma vez que neste sistema teológico existe um conceito ou “princípio de que há uma *graça particular* que opera a salvação e também uma *graça comum* pela qual Deus, mantendo a vida do mundo suaviza a maldição que repousa sobre ele, suspende seu processo de corrupção, e”, dessa forma, completa o mesmo autor, “permite o desenvolvimento de nossa vida sem obstáculos, na qual glorifica-se a Deus como Criador” (Kuyper, 2003, p. 38-39 cf. p. 134-135; grifos no original). De acordo com esse princípio, mesmo não sendo “salvo”, o governante escolhido *soberanamente* por Deus, com a “graça comum”, dispensada a todos indistintamente, cumpre o cuidado do mundo comportando-se como um salvo em questões que dizem respeito ao bem-comum, ou seja, defendendo os mesmos valores apregoados pelo neocalvinismo, o governante revela-se como um “escolhido” por Deus.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> “O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, tomou posse na tarde desta quarta-feira (29/4[20]) em discurso no qual chamou o presidente Jair Bolsonaro de ‘profeta do combate à criminalidade’” (Teófilo, 2020). André Mendonça, à época advogado-geral da União, fora escolhido por Bolsonaro para substituir Sérgio Moro como Ministro da Justiça. Ele é pastor presbiteriano e calvinista.

Após passar em revista panoramicamente o neocalvinismo, é interessante saber que, a despeito de protestantes calvinistas, ou reformados, já terem passado pelo Brasil, desde meados do século XVI, somente a partir do século XIX é que houve sua instalação definitiva em nosso país. Apesar de a ideia de o neocalvinismo ser apresentado como uma “cosmovisão”, datar do final do século XIX e início do século XX, somente nas últimas décadas do século passado ela ganhou impulso no mundo e foi popularizada através do trabalho de alguns autores, sobretudo, Francis Schaeffer, teólogo calvinista e filósofo estadunidense que, juntamente com sua esposa Edith, fundou o *L’Abri*, na Suíça — uma espécie de abrigo para jovens protestantes que estavam em crise de fé — e escreveu vários livros em que, a despeito de quase não utilizar a expressão, falava do cristianismo, como sinônimo de calvinismo, ser responsável pela “redenção da cultura”, principal objetivo do movimento de “cosmovisão cristã” que, como já foi dito, pretende criar um “sistema de vida”.

Em se tratando do contexto brasileiro, pode-se dizer que o neocalvinismo, enquanto movimento teológico de repaginação da fé reformada, aportou por aqui, especialmente com sua nomenclatura alternativa — “cosmovisão cristã” —, apenas no final do século passado. Curiosamente, tal se deu por iniciativa não dos calvinistas, mas dos pentecostais, especificamente no ano 2000, com a publicação da obra *E agora, como viveremos?*, de autoria de Charles Colson e Nancy Pearcey, lançada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). Pearcey foi uma das alunas do internato de Schaeffer, e é filósofa e teóloga calvinista estadunidense. Ela conta que ponderava sobre a hipótese de abandonar a fé e tornar-se atea, mas teve sua vida mudada no período em que passou a ser instruída em *L’Abri*, pois encontrou no educandário um homem que se vestia informalmente e falava de filosofia, assim como do cristianismo, sem dicotomia alguma e isso a levou à paixão pela defesa da fé cristã como uma “cosmovisão”, o que encontrou no pensamento neocalvinista. Já Charles Colson, o segundo autor, era um batista do Sul que ficou mundialmente conhecido por ter sido assessor do presidente norte-americano Richard Nixon, deposto pelo escândalo do *Caso Watergate*, pelo qual Colson foi preso, tendo então se convertido enquanto cumpria pena na prisão. Justamente por isso, o autor falecido em 2012, desenvolvia um trabalho de assistência social e espiritual, chamado de *Prison Fellowship International*.

Após a publicação dessa obra que, inclusive, popularizou a expressão “cosmovisão cristã” entre os pentecostais sem que estes fizessem qualquer ideia de que tal terminologia não era um conceito, mas um nome alternativo para o calvinismo repaginado<sup>5</sup>, as editoras de confissão reformada, ou calvinista, passaram a publicar os diversos autores que, juntamente com Colson e Pearcey, são os atuais responsáveis por disseminar a ideia de “cosmovisão cristã”, tais como Al Wolters, Brian Walsh e Richard Middleton, James Sire, Arthur Holmes e Tom Wright, só para ficar com estes exemplos. Desde então a ideia tem atraído jovens de todas as tradições e confissões protestantes, sobretudo do movimento carismático-pentecostal, pois trata-se de uma proposta que causa aderência, tanto pela nomenclatura “cosmovisão”, ou “visão de mundo”, composta pela expressão genérica “cristã”, prometendo ser 1) cientificamente provável, 2) política e teologicamente conservadora, além de apresentar-se como 3) filosofia e não religião. Justamente por conta disso e não apesar de, conta com ampla adesão de carismáticos e pentecostais, não sendo apenas absorvida pelo segmento reformado. Isso representa uma grande mudança, pois as gerações antigas de pentecostais foram ensinadas a “aspirar o céu”, contudo, diferentemente,

[...] o calvinista não pode fechar-se em sua igreja e abandonar o mundo a sua sorte. Antes, sente sua alta chamada para promover o desenvolvimento deste mundo a um estágio ainda mais alto e fazer isto em constante acordo com a ordenança de Deus, por causa de Deus, sustentando, no meio da tão dolorosa corrupção, tudo que é honrável, amável e de boa fama entre os homens. Por isso é que vemos na História (se pode ser permitido que eu fale dos meus próprios ancestrais) que o Calvinismo tinha sido firmemente estabelecido na Holanda apenas há um quarto de um século, quando houve um sussurro de vida em todas as direções e uma energia indomável fermentou em cada departamento da atividade humana, e seu comércio e negócio, seu artesanato e indústria, sua agricultura e horticultura, sua arte e ciência floresceram com um resplendor não conhecido até então, e deu um novo impulso para um desenvolvimento inteiramente novo de vida a toda a Europa Ocidental (Kuyper, 2003, p. 81).

Todavia, o pentecostal defende que existe uma guerra do bem contra o mal e, justamente por isso, é preciso combater o pecado, traduzido nas diversas formas, inclusive sociais, ou seja, mesmo não sendo a atuação política o foco principal do movimento, de forma indireta sempre houve uma atividade social dos pentecostais. Da parte da filosofia da “cosmovisão cristã”, a despeito de sua defesa da realidade integral,

---

<sup>5</sup> Tradicionalmente, o calvinismo é adepto de uma posição teológica conhecida como “cessacionismo” — a ideia de que os dons do Espírito Santo cessaram —, ou seja, perspectiva frontalmente contrária à principal doutrina das tradições carismáticas e pentecostais que é a continuidade dos dons espirituais.

rompendo com qualquer perspectiva dualista, ao tratar de “guerra cultural”, logo no início de sua obra, dizendo que ela “não é sobre aborto, direitos dos homossexuais, ou o declínio da educação pública”, posto que tais questões “são apenas os conflitos”, e que a “verdadeira guerra é uma luta cósmica entre a cosmovisão cristã e as várias cosmovisões seculares e espirituais que estão em ordem de combate contra ela” (Colson; Pearcey, 2000, p. 36), ainda que partindo de visões escatológicas completamente antagônicas, tal linguagem exerce o mesmo efeito na mentalidade (imaginário) pentecostal. Neste sentido, até mesmo a dimensão política passou a receber um novo olhar, pois tanto Kuyper, quanto seus seguidores, afirmam que devemos ser “capazes de apreciar o fato de nenhum esquema político jamais haver se tornado dominante a menos que tenha sido fundado numa concepção religiosa específica ou numa concepção anti-religiosa” (Kuyper, 2003, p. 85), e tal se dá, de acordo com essa perspectiva, por conta de que o “mundo é dividido não tanto pelos limites geográficos, mas sobretudo pelas tradições religiosas e culturais, pelas crenças mais profundas que as pessoas possuem — através das cosmovisões”, e isso ocorre “Por sermos essencialmente criaturas religiosas”, em outras palavras, “nossas vidas são definidas mais agudamente por nossas crenças últimas do que por qualquer outro fator” (Colson; Pearcey, 2000, p. 37).

Na verdade, somos seres sociais justamente por internalizar tais crenças e valores que compõe a superestrutura de um grupo, o que comumente se chama “ordem social histórica”, visto que nos antecede no processo, contudo, entre os seres vivos, apenas os humanos são capazes de tal transcendência, entendendo que tal “transcendência da natureza biológica, pelos organismos humanos, é um processo fundamentalmente religioso”, isto é, “a socialização — o processo concreto em que tal transcendência é alcançada — é fundamentalmente religiosa”, e isso pelo fato de que “se apoia na condição antropológica universal da religião, também na individuação do entendimento e da consciência em processos sociais e se atualiza na apropriação subjetiva do contexto de significado subjacente a uma ordem social histórica”, em suma, é “essa configuração de significado” que Thomas Luckmann denomina de “visão de mundo” (Luckmann, 2014, p. 74), ou seja, cosmovisão. Em termos diretos, para o mesmo autor, “a visão de mundo” é a “forma social elementar de religião” por conta de duas premissas, sendo a primeira delas o fato de que “a visão de mundo cumpre uma

função essencialmente religiosa” e, a segunda, a obviedade de que “ela é parte da realidade socialmente objetificada” (Luckmann, 2014, p. 78). Por isso mesmo,

[...] se o cosmos sagrado está inserido na estrutura social, o indivíduo se depara, ao longo de sua socialização primária (e mais tarde), com numerosas situações sociais em que representações religiosas — ainda em processo de internalização — são reforçadas por diversas instituições que não são especializadas em assuntos religiosos. Modelos dotados de significado sagrado — como pai, cavaleiro, casta, **pátria** — são eficientes em diferentes contextos institucionais. Neles é definida a aplicação concreta das representações religiosas internalizadas. Pelo fato de serem definidas por instituições não especificamente religiosas, as representações religiosas provavelmente conservarão sua validade geral e superior, apesar de estarem internalizadas num nível distinto da consciência individual (Luckmann, 2014, p. 94; sem grifo no original).

Falando em termos de Brasil, e do fenômeno político-social mais recente, chamado de “bolsonarismo”, não há dúvida de que a ampla adesão dos evangélicos confirma que “a religião contribui para a integração da ordem social e a legitimação do *status quo*” (Luckmann, 2014, p. 78), mas, de igual forma, o neocalvinismo defende “que somente os cristãos têm a cosmovisão capaz de prover soluções exequíveis para os problemas da vida comunitária”, por isso mesmo, incentiva que os cristãos devem “estar na vanguarda, ajudando comunidades a cuidarem de seus próprios bairros”, afirmam Colson e Pearcey, dizendo ainda que isso pode ser feito de diversas formas, desde a mobilização de “esforços para acabar com as pichações e limpar terrenos desocupados”, até o “ativismo político para fazer [políticos] votar leis que obriguem padrões de comportamento público”, ou seja, eles devem “estar ajudando a restabelecer a ordem nessas áreas menores como o primeiro passo em direção aos principais problemas sociais” (Colson; Pearcey, 2000, p. 434-435).

É preciso lembrar-se de que “cristãos”, na acepção do movimento de “cosmovisão cristã”, são os calvinistas ou neocalvinistas, posto este segmento ser o único que melhor representa o cristianismo enquanto “sistema de vida”. Além disso, seguindo o fluxo do rio do processo civilizacional, que vem do oriente para o ocidente, passando pela Europa e desaguando nos EUA, durante todo o transcurso, ou “da maior parte da história ocidental, o consenso moral foi amplamente formado pela tradição judaico-cristã” e, justamente por isso, ao passo que “as sociedades ao redor do mundo lançam fora os grilhões do comunismo e do socialismo, é imperativo que os cristãos levantem a bandeira de uma base moral e espiritual para a economia livre” (Colson;

Pearcey, 2000, p. 440, 460). É, portanto, com essa mentalidade, que se coaduna e confunde-se com os “princípios conservadores” — também apregoados pelo bolsonarismo —, traduzidos não apenas no amplo apoio das urnas entre os evangélicos, mas sobretudo na composição do atual governo, com dois ministros de confessionalidade calvinista, Milton Ribeiro e André Mendonça, tendo este último se tornado ministro do STF, que vemos a eficácia, na prática, da metodologia cosmovisiva ensinada por seu idealizador que, não por acaso, fora primeiro-ministro holandês.

### **Referências bibliográficas**

- BADIOU, Alain. São Paulo. A fundação do universalismo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BLOCHER, Henri. Calvinismo (neo). In: GISEL, Pierre (Org.). Enciclopédia do Protestantismo. Teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política. São Paulo: Hagnos, 2016, p. 251.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COLSON, Charles; PEARCEY, Nancy. E agora, como viveremos? 2.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- KUYPER, Abraham. Calvinismo. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- LE GOFF, Jacques. O Deus da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- LUCKMANN, Thomas. A religião invisível. São Paulo: Olho d'Água; Loyola, 2014.
- PASSOS, João Décio. Pentecostais. Origens e começo. São Paulo: Paulinas, 2005.
- THELAMON, Françoise. Povos cristãos às margens do Império Romano. In: CORBIN, Alain (Org.). História do Cristianismo. Para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 130-135.
- TEÓFILO, Sarah. Novo ministro chama Bolsonaro de “profeta do combate à criminalidade”. In: Correio Braziliense. 29/04/2020. Disponível em <[www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/29/interna\\_politica,849763/novo-ministro-chama-bolsonaro-de-profeta-do-combate-a-criminalidade.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/29/interna_politica,849763/novo-ministro-chama-bolsonaro-de-profeta-do-combate-a-criminalidade.shtml)>  
Acesso em: 10/02/22.
- ŽIŽEK, Slavoj. O absoluto frágil. Ou por que vale a pena lutar pelo legado cristão? São Paulo: Boitempo, 2015.